

Japão quer reserva cambial de devedor como garantia

Regina Perez

BERLIM — O governo japonês quer que os países devedores comprometam suas reservas cambiais na constituição de um fundo administrado pelo FMI para servir de garantia à emissão de bônus para securitização da dívida com os bancos comerciais credores. A proposta — anunciada ontem pelo presidente do Banco de Tokio, Satoshi Sumita, na reunião plenária do encontro anual do FMI e do Bird — exclui a participação dos governos dos países industrializados, caracterizando um recuo em relação à proposta feita na reunião de cúpula dos *sete grandes* de junho passado em Toronto.

O plano japonês — apresentado em caráter secreto em Toronto e prometido para a reunião do FMI em Berlim — frustrou as expectativas. O recuo está aparentemente ligado à posição contrária dos Estados Unidos a qualquer envolvimento dos governos — através dos organismos multilaterais de créditos — na dívida dos bancos privados. A criação do fundo com recursos exclusivos dos próprios devedores, segundo ressaltou Sumita, poderia ser feita “sem transferência do risco dos bancos para os organismos multilaterais” — uma frase presente na maioria dos documentos norte-americanos.

Anunciada como mais um item a ser incluído no chamado *cardápio de opções* para solução da dívida dos países do Terceiro Mundo, a proposta japonesa é de difícil execução. Até porque os países endividados, com raras exceções, como o México, que já vem recomprando parte de sua dívida e trocando-a por bônus, não dispõem de reservas cambiais sobrando para colocar em um fundo sob a guarda do FMI.

O discurso de Sumita — que representa em Berlim o Ministro das Finanças Kiichi Miyazawa — enfatizou a participação japonesa para melhorar o perfil de endividamento dos países subdesenvolvidos. Entre eles, o Plano Nakasone, com recursos de US\$ 30 bilhões para apoio de projetos em co-financiamento com o Banco Mundial (Bird), que hoje já tem 80% de seus recursos comprometidos, e o Programa Oficial Japonês para o Desenvolvimento (ODA — Official Development Assistance), disponível apenas para países de baixa renda, com PIB *per capita* de até US\$ 1.200. Também foi anunciado que os recursos para o ODA, inicialmente de US\$ 25 bilhões, foram aumentados para US\$ 50 bilhões.